

A VIOLÊNCIA POLÍTICA E O CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA

Limites e possibilidades para a
Psicologia da Libertação

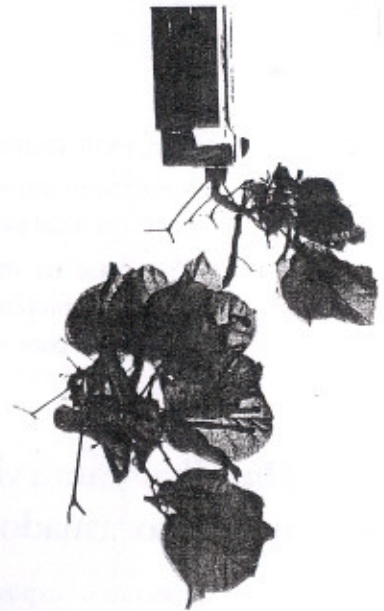
ANGELA MARIA ESTRADA

Apresentação

Com base na rica experiência de participar dos congressos de Psicologia da Libertação de Cuernavaca e Guadalajara, passei a pensar que estes congressos latino-americanos, convocados em torno da figura e da obra de Ignacio Martín-Baró, deveriam abrir um espaço para a apresentação comum e o debate explícito dos nossos próprios modelos interpretativos, para pensar e transformar as condições e os regimes sociopolíticos vigentes no continente. Acredito que, em muitos casos, mantemos idéias muito gerais e, às vezes, carregadas de romantismo, sobre as quais deveríamos nos voltar clara e criticamente, em vez de deixá-las no lugar do não dito e não assumido.

A era global das comunicações não contribui para gerar condições que complexifiquem e atualizem nossos modelos de interpretação sobre o acontecer político latino-americano, o qual é uma referência presente em qualquer posição sobre a função libertadora da Psicologia, em uma era que, para muitos, é pós-colonial e pós-libertação.

De acordo com o anterior e no meu caso particular, considero indispensável complexificar o olhar sobre a violência política e o conflito armado colombianos, destacar alguns limites da concepção moderna de libertação e investigar em que sentido o caráter crítico da Psicologia Social pode cumprir uma função libertadora.



Assim, neste texto, reúno, de forma sucinta, argumentos para:

- Reconstruir um olhar para a violência política colombiana como contexto local para uma reflexão situada;
- Com base na reflexão e na práxis particulares, desenvolver alguns elementos para a construção de uma agenda latino-americana para a Psicologia Social crítica.

Um olhar para a violência política e o conflito armado colombianos

Se as razões expostas anteriormente não fossem o suficiente, uma justificativa adicional para incluir este olhar como eixo central neste trabalho relaciona-se com o recente surgimento de pesquisas de grande alento sobre a violência política colombiana, as quais apenas estão sendo assimiladas pelo conjunto dos pesquisadores sociais no país. Essa parte do trabalho baseia-se em tais pesquisas (Pecáut, 2001, Papacchini et al., 2001; Plataforma colombiana de derechos humanos, democracia y desarrollo, 2003; Gómez Buendía et al., 2003; González, 1999; González et al., 2003).

Interpretação do endurecimento da opinião pública colombiana para uma saída negociada do conflito interno

Não é nenhuma novidade afirmar que a opinião pública colombiana comporta-se tal como um movimento pendular, que vai das opções mais democráticas até as mais autoritárias, em resposta às interpretações da atuação política de cada um, assim como à progressiva perda de legitimidade da classe política tradicional do país. Neste momento, somos conduzidos a interpretar o enorme respaldo cidadão à proposta de recuperação da autoridade por parte do presidente Uribe (2002). Alguns dos fatores específicos destacados pela pesquisa, em relação à enorme aceitação de uma opção autoritária de extrema direita e a falta de consenso sobre o significado e as conquistas dos diálogos durante o período presidencial de 1998-2002, são:

- Falta de estratégias claramente definidas pelo governo para dar prosseguimento aos diálogos: sem dúvida alguma, a falta de uma clara proposta de paz e, sobretudo, de uma posição definida para

- adiantar a negociação foi um assunto que hoje se menciona como “a ludibriada do governo presidencial de Andrés Pastrana”;
- Falta de uma divulgação pedagógica adequada sobre o sentido da saída negociada: um vazio de grande repercussão na capacidade de interpretação cidadã dos resultados e a falta destes, dos diálogos com grupos armados e de uma saída política e negociada para o conflito. Trata-se, precisamente, da falta de um projeto de pedagogia cidadã que facilite a construção de uma posição sustentada na história mesma do conflito. Por último, o processo destacou a falta e a necessidade de desenvolver uma maior educação política para que os cidadãos se vinculem ao processo;
- Abusos por parte das FARC na zona desmilitarizada: os dados verificados sobre os abusos na zona desmilitarizada possibilitaram o fechamento da “zona de distensão” e geraram nos cidadãos a incredulidade nas possibilidades de uma saída negociada;
- “Um mal-entendido fundamental”: as conversações na mesa de diálogo, durante o período de referências, mantiveram-se sobre um mal-entendido implícito, mas fundamental para o seu desenvolvimento e fracasso. Enquanto, para as FARC, as reformas sociais e a mudança do modelo político eram condições para a suspensão das hostilidades, para a opinião pública, a manutenção das ações violentas, durante a vigência da mesa, não permitia a negociação.

Diferentes concepções sobre a natureza e as origens do conflito

O conflito representado como confrontação entre uma subversão e a ordem estatal legítima

Uma das limitações fundamentais da interpretação cidadã sobre o caráter do conflito armado relaciona-se ao fato de que os cidadãos cuja opinião está sendo estudada se localizam nas zonas urbanas e modernas do país (distantes das zonas do conflito, o qual não é vivido diretamente), nas quais o Estado tem uma clara presença.

Para esses cidadãos não é fácil compreender as funções paraestatais, que os distintos grupos armados (de esquerda e de direita) cumprem nas zonas

menos modernas e mais isoladas, justamente pela falta de presença real do Estado e de políticas sociais fortes que reconheçam o valor cidadão de seus habitantes. Dessa forma, a interpretação do conflito parte da premissa legitimidade-ilegitimidade.

Síndrome do inimigo

Cada um dos bandos do conflito armado colombiano se comporta em relação aos outros com base na síndrome do inimigo. Na realidade, são supervalorizados os acertos do endo-grupo e os erros do exo-grupo, isto é justifica-se a atuação própria e atribuem-se as razões negativas intrínsecas à atuação do exo-grupo. Em outras palavras, há menos conhecimento específico do outro que aplicação de categorias sociais estereotipadas e preconceituosas.

Tal síndrome vem se agravando, à medida que se exacerba o distanciamento dos cidadãos do sentido de nação, por causa do prolongamento e da degradação do conflito (Martín-Baró, 1990).

Complexificar o olhar: uma leitura, em longo prazo, do conflito armado colombiano

Uma leitura, em longo prazo, do conflito armado colombiano combina: fatores objetivos e subjetivos (forçando a transdisciplinaridade) e permite estabelecer as mudanças nas lógicas dos atores no contexto da história política do país.

Além disso, conjuga a visão estrutural e histórica dos cenários em que se desenvolve o conflito (nação-região) com a análise das lógicas dos atores que optam pela via armada como única solução para os conflitos internos da sociedade colombiana (assunto que faz parte do que se pesquisa: com base em que lógica se considerou a via armada como a única ou a melhor?).

Cenário de fundo de longo prazo no conflito armado colombiano

- a estrutura econômica e social criou as bases de um problema agrário que permanece sem solução;
- as tentativas de criar um Estado moderno enfrentam um fracasso parcial (O'Donnell, 1995);

- há uma articulação desigual gradual dos novos territórios, como resultado de um processo permanente de colonização (consequência tanto do deslocamento forçado, como da dinâmica social instaurada pelo estado para povoar os territórios nacionais);
- existe uma presença diferenciada das organizações do Estado – que podem atuar diretamente ou mediadas por redes locais de caráter clientelista.

Processos de médio prazo como problemas da violência dos anos 50

- a organização da Frente Nacional dificultou a expressão política de tensões e a participação de grupos não integrados aos partidos tradicionais;
- a rápida urbanização e a migração de camponeses às cidades. Essa dinâmica propiciou o surgimento de novas camadas médias, a partir dos anos 60, colocando em marcha novos processos sociais.

Processos de curto prazo

- a penetração do narcotráfico na economia e na sociedade colombiana: a capacidade corruptora desse fenômeno causou estragos nos níveis político, econômico e social;
- a transformação dos movimentos guerrilheiros ao operar em circunstâncias e territórios distintos dos originais, nos quais sua legitimidade estava assegurada, justamente por razões de origem. Nesse novo contexto, a busca de legitimidade adquire, em muitos casos, formas autoritárias;
- auge dos grupos paramilitares e de autodefesa, originalmente controlados por grandes latifundiários e que foram se autonomizando e formando os maiores grupos armados do país, operando com pouquíssima unidade de comando e com priorização dos próprios interesses econômicos;
- crescente deslegitimação do regime político, uma vez que, mantendo-se o clientelismo, aumenta a corrupção e a classe política mostra falta de grandeza para se comprometer com o bem comum.

Transformação dos grupos armados: desenvolvimentos na contramão e jogos de espelhos

- as guerrilhas nascem em zonas de colonização e se projetam para zonas mais ricas e integradas;
- os paramilitares nascem em zonas de certa expansão econômica para se projetar em áreas de colonização periférica;
- dessa forma, confrontam dois modelos de desenvolvimento econômico: a economia camponesa tradicional versus a agricultura e os ganhos de grandes, propriedades, em zonas em que o Estado não pode reclamar o monopólio da força;
- os dois grupos vão se assemelhando, cada vez mais, em suas interações com a população civil: há assimetria nos fins políticos, mas há simetria estratégica;
- o recurso ao cultivo ilícito, ao seqüestro e à extorsão como fontes de financiamento da atividade bélica, relacionam-se também com o fortalecimento da opção militar pela guerrilha em vez da intervenção política e social;
- a mudança nas estratégias militares, nas quais, cada vez menos, ocorrem enfrentamentos diretos e acontecem mais “guerras por terceiro interposto”, conduz ao terror como recurso;
- assim há perda paulatina do sentido de suas lutas, percebidas, cada vez mais, como ilegítimas por boa parte da população civil;
- o conflito armado colombiano gerou uma profunda crise humanitária que levou a população colombiana urbana e rural, dos diferentes estratos, a aspirar à paz como condição para o desenvolvimento.

A função crítica da Psicologia da Libertação

Alguns antecedentes da função crítica da Psicologia

- formada na tradição que se ocupou de esclarecer a gênese social do pensamento científico (por exemplo, Weber, Berger, Luckmann, Kuhn e outros);

- seus antecedentes, interesses, abordagens teóricas e enfoques metodológicos dão ênfase aos aspectos sociais e interativos do sujeito (o do comportamento social);
- se mantém-se atenta às relações sociais de larga escala no estudo do comportamento social (isto é, poder, ideologias políticas e diferenciação social);
- leva em conta o caráter político da análise do discurso, na qual se baseia sua orientação crítica da sociedade (como Gergen, Parker, Ibañez, Harré e outros);
- conta com uma rica tradição latino-americana que está viva e em processo de reconstrução (como Martín-Baró, Montero e outros).

Função crítica da Psicologia da Libertação: para dentro de nossas comunidades acadêmicas

Não há dúvida de que uma prática crítica na Psicologia, e nesse sentido libertadora, ou seja, libertadora por suas conseqüências, não deve partir do pressuposto de que nossas próprias comunidades já se encontram libertadas das práticas políticas ancestrais; pelo contrário, devemos considerar nossa própria capacidade de reprodução cultural. Por isso, propõe-se uma agenda para as nossas próprias comunidades que:

- torne visível e explicita as práticas autoritárias e excludentes;
- aceite a própria transformação por meio dessas práticas;
- promova a criação de redes de apoio para a prática de formas de psicologia social crítica;
- facilite a geração de formas de comunicação que permitam alianças mais programáticas que estratégicas;
- apóie a criação de processos baseados em critérios meritocráticos.

Função crítica da Psicologia da Libertação para o social

A agenda crítica da Psicologia Social é muito ampla, entre outras coisas, por causa da escassa atividade que a Psicologia, na Colômbia, tem desempenhado nesse sentido. A seguir, estão algumas das propostas que estão se agenciando:

- desenvolver a tarefa da crítica cultural que facilita questionar aquilo que é tido como dado, fortalecer a imaginação e a abertura à diversidade, em outras palavras, trata-se de sonhar, participativamente, futuros possíveis (Gergen, 1992);
- explorar e ampliar o progresso ético-político das formas organizativas comunitaristas dos despossuídos, de maneira que se apóie o desenvolvimento de alternativas políticas, econômicas e sociais coletivistas e solidárias;
- fortalecer as abordagens e estratégias de intervenção psicossocial não psicologistas – adequadas a contextos de crises humanitárias – nos marcos de restituição de direitos (Martín-Beristain, 1999);
- facilitar pedagogias cidadãs voltadas a:
 - apoiar o desenvolvimento e a apropriação de modelos mais complexos para a análise das realidades sociais;
 - acompanhar o fortalecimento de redes, organizações e movimentos sociais especialmente em seus processos de comunicação e negociação com novos partidos políticos, assim como no exercício de modos de controle e fiscalização cidadãs aos acordos políticos. Exercício de formas de resistência civil;
 - acompanhar o exercício crítico cidadão que evita o desenvolvimento de comportamentos e ações funcionais à guerra e à violência (polarização, participação política irresponsável).

Nota: Trabalho apresentado no VI Congreso Internacional de Psicología Social de la Liberación realizado, em 2003, no Brasil.

Referências

- Gómez Buendía, Hernando; de Roux, C. V. & Franche M. (Orgs.). (2003). *El conflicto, callejón con salida: Informe Nacional de Desarrollo Humano para Colombia – 2003*. Bogotá: PNUD.
- González, F. (1999). Poblamiento y conflicto social en la historia social colombiana. In F. González (Org.), *Para leer la política*. Bogotá: CINEPP.
- González, F.; Bolívar, I. & Vásquez, T. (2003). *Violencia política en Colombia: De la nación fragmentada a la construcción del Estado*. Bogotá: D.C. CINEPP.

- Gergen, K. (1992). Toward a postmodern psychology. In S. Kvale (Org.), *Psychology and postmodernism* (pp. 17-30). Londres: Sage.
- Martín-Baró, I. (1990). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. In I. Martín-Baró (Org.), *Psicología social de la guerra* (pp. 66-104). San Salvador: UCA.
- Martín-Beristain, C. (1999). *Reconstruir el tejido social: Un enfoque crítico de la ayuda humanitaria*. Barcelona: Icaria – Antrazyt.
- O'Donnell, G. (1995) Estado, democracia y ciudadanía. In PP. Santana (Org.), *Las incertidumbres de la democracia* (pp. 304-37). Bogotá: Ediciones Foro Nacional por Colombia.
- Papacchini, A.; Henao, D. & Estrada, V. M. (2001). *Violencia, guerra y paz: Una mirada desde las ciencias humanas*. Cali: Universidad del Valle.
- Plataforma Colombiana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo. (2003). *El embrujo autoritario: Primer año de gobierno de Alvaro Uribe Vélez*. Bogotá: Antropos.
- Pécaut, D. (2001). *Guerra contra la sociedad*. Bogotá: D.C. Espasa.